REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº (Do Sr. Carlos Jordy)

/2025.

Solicita informações ao Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República acerca do vínculo com a Associação da Comunidade do Moinho.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 50 e 70 da Constituição Federal e conforme os artigos 115, 116, 32, inciso XI, 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro da **Secretaria-Geral da Presidência da República** as seguintes informações:

- 1. O governo federal possui algum tipo de vínculo formal ou informal com a Associação da Comunidade do Moinho, localizada na favela do Moinho, em São Paulo? Em caso afirmativo, quais foram às políticas públicas ou programas executados em parceria com essa organização?
- 2. Quais foram às reuniões realizadas entre representantes do governo federal, incluindo o Ministro Márcio Macêdo, e a Associação da Comunidade do Moinho? Qual foi o objetivo dessas reuniões e quais decisões foram tomadas?
- 3. A Secretaria-Geral da Presidência tem conhecimento de investigações ou relatórios que apontam alguma relação entre a Associação da Comunidade do Moinho e o PCC (Primeiro Comando da Capital)? Em caso afirmativo, quais medidas foram adotadas pelo governo federal para investigar e/ou romper possíveis vínculos?
- 4. A Secretaria tem informações de que a sede da Associação da Comunidade do Moinho foi usada para o armazenamento de drogas ou outras atividades criminosas ligadas ao PCC? Quais ações estão sendo tomadas para investigar





essa denúncia e proteger os recursos públicos?

- 5. Quais informações a Secretaria-Geral da Presidência possui sobre a relação de parentesco entre a presidente da Associação, Alessandra Moja Cunha, e Leonardo Monteiro Moja, conhecido como Léo do Moinho, apontado como um dos líderes do tráfico de drogas na região? Existe alguma investigação ou ação por parte do governo em relação a essa conexão familiar e suas implicações nas atividades da associação?
- 6. Quais mecanismos de fiscalização a Secretaria-Geral da Presidência tem implementado para garantir que os recursos públicos destinados à favela do Moinho sejam utilizados de forma adequada e transparente?
- 7. Existe algum relatório de auditoria ou acompanhamento sobre a gestão dos recursos repassados à Associação da Comunidade do Moinho? Caso afirmativo, peço que disponibilize esse documento.
- 8. A Secretaria-Geral da Presidência pode detalhar quais medidas estão sendo tomadas para assegurar que a política pública de habitação e segurança para a Favela do Moinho não seja desviada para fins ilícitos ou usados para fortalecer organizações criminosas?

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tem como objetivo buscar esclarecimentos sobre as possíveis ligações entre a Associação da Comunidade do Moinho e organizações criminosas, especialmente o PCC (Primeiro Comando da Capital), conforme reportado recentemente por diversos meios de comunicação. É essencial que essas questões sejam investigadas de maneira transparente, pois envolvem recursos públicos e o bem-estar das comunidades mais vulneráveis, além de comprometerem a credibilidade e a segurança pública.

De acordo com as informações levantadas, há suspeitas de que a Associação da Comunidade do Moinho esteja associada a atividades ilícitas, incluindo o armazenamento de drogas ligadas ao tráfico do PCC, além de uma relação familiar entre líderes da associação e traficantes locais. Esse cenário traz à tona preocupações legítimas sobre o uso indevido de recursos destinados ao desenvolvimento social, que





deveriam ser direcionados para a melhoria das condições de vida da população da favela e para o fortalecimento de projetos sociais que buscam promover a paz e a justiça social.

Diante dessa situação, é urgente e necessário que o governo federal se posicione de forma clara e transparente sobre o envolvimento da Associação da Comunidade do Moinho em práticas ilícitas, explicando as ações corretivas adotadas caso esses vínculos sejam comprovados. Além disso, o governo precisa esclarecer como está garantindo que os recursos públicos, especialmente os direcionados para a Favela do Moinho, sejam devidamente utilizados, sem desvio para financiar organizações criminosas.

A falta de fiscalização adequada e a ausência de medidas eficazes de controle podem afetar a credibilidade das políticas públicas e prejudicar a confiança da população nas ações do governo, especialmente em áreas sensíveis como segurança e desenvolvimento social. A sociedade precisa ter a certeza de que os recursos são empregados de maneira justa e transparente, de modo a alcançar aqueles que mais precisam.

Este requerimento também busca esclarecer o papel da Secretaria Geral da Presidência e outros órgãos responsáveis pela implementação das políticas de habitação e segurança pública na Favela do Moinho, para garantir que essas iniciativas não sejam utilizadas para proteger ou beneficiar organizações criminosas.

Dessa forma, solicitamos que o governo forneça as informações solicitada de maneira clara, objetiva e detalhada, permitindo um acompanhamento público e transparente do uso dos recursos, e assegurando que as políticas públicas atendam exclusivamente aos interesses da população, sem qualquer tipo de desvio de finalidade.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Carlos Jordy Deputado Federal PL/RJ



